

O presidente Sarney ladeado pelos ministros: não a vetos de despesas consideradas irregulares

Orçamento da União é sancionado sem veto

ESTADO DE SÃO PAULO

1 * FEV 1990

Ato do presidente contraria parecer da Seplan e evita atritos com o Congresso

BRASÍLIA — O presidente José Sarney sancionou ontem integralmente o Orçamento Geral da União relativo a 1990, conforme a decisão anunciada na véspera pelo ministro Luís Roberto Ponte, chefe do Gabinete Civil. A sancção presidencial contraria exposição de motivos do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que recomendou vetos a despesas consideradas irre-

gulares e inconstitucionais no valor de NCz\$ 113,1 bilhões.

A decisão do presidente Sarney foi apoiada pelo ministro Ponte, que julgou inconveniente criar pontos de atrito com o Congresso a 42 dias da posse do novo governo. As despesas consideradas irregulares foram propostas pelos parlamentares, que não especificaram a fonte destes recursos. “O futuro presidente da República terá instrumentos legais para corrigir eventuais falhas no orçamento”, assegurou Ponte. Embora não tenha vetado itens do orçamento, Sarney aceitou a argumentação do ministro do Planejamento e vai enviar sua

exposição de motivos ao Congresso.

Aprovado e sancionado o Orçamento Geral da União, o governo terá agora de cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que limita a uma sétima parte dos recursos disponíveis para 1990 os gastos da administração pública no período entre 1º de janeiro e 15 de março. Descontada a parcela de um doze avos já gasta em janeiro, restam ao governo Sarney NCz\$ 200 bilhões para serem gastos até 15 de março. De acordo com Luís Roberto Ponte, esses recursos não serão suficientes e uma suplementação será solicitada ao Congresso.